



Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire | Lour-49

Os ideais republicanos materializaram-se a 5 de outubro de 1910, com a proclamação da República. Desse ideário sobressai a convicção de que os municípios constituiriam um dos pilares fundamentais da participação cívica dos portugueses, cuja expressão política se efetivaria pelo e no voto eleitoral.

Porém, não seria ainda a República que iria proporcionar aos cidadãos o tão almejado sufrágio universal: na prática, o acesso aos cargos públicos encontrava-se reservado a uma elite política, de acordo com os rendimentos provenientes de bens de raiz, comércio e indústria. Seria necessário esperar pela Revolução de Abril de 1974 para se conquistar o elementar direito universal que assiste a qualquer cidadão: poder votar e ser eleito.

Enquadrado pelos poderes legitimamente constituídos em cada época, o poder municipal foi criando uma rede de serviços públicos, baseada em documentos normativos que, promovendo o bem comum, garantiam uma maior eficácia e autonomia legal ao exercício das suas funções administrativas e fiscalizadoras, como é o caso do documento "Regimento da Câmara Municipal do Concelho de Loures", que define o quadro funcional do Município em 1923.